

Loacir Gschwendtner

JURISDIÇÃO, AÇÃO E PROCESSO

**UMA REFLEXÃO SOBRE O ACESSO À JUSTIÇA
E A EFETIVIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL**

2ª EDIÇÃO REVISTA E ATUALIZADA

Appris
Editora

Editora Appris Ltda.

2ª Edição revista e atualizada - Copyright© 2022 do autor
Direitos de Edição Reservados à Editora Appris Ltda.

Nenhuma parte desta obra poderá ser utilizada indevidamente, sem estar de acordo com a Lei nº 9.610/98. Se incorreções forem encontradas, serão de exclusiva responsabilidade de seus organizadores. Foi realizado o Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional, de acordo com as Leis nº 10.994, de 14/12/2004, e 12.192, de 14/01/2010.

Catálogo na Fonte

Elaborado por: Josefina A. S. Guedes
Bibliotecária CRB 9/870

1224588

G895j Gschwendtner, Loacir
2022 Jurisdição, ação e processo : uma reflexão sobre o acesso à justiça e a efetividade da prestação jurisdicional / Loacir Gschwendtner. - 2. ed. rev. e atual. - Curitiba : Appris, 2022.
279 p. ; 23 cm. - (Direito e constituição).

Inclui referências.
ISBN 978-65-250-3152-1

1. Jurisdição. 2. Ação judicial. 3. Processo civil. I. Título. II. Série.

CDD - 347

Livro de acordo com a normalização técnica da ABNT

Appris
Editora

Editora e Livraria Appris Ltda.
Av. Manoel Ribas, 2265 - Mercês
Curitiba/PR - CEP: 80810-002
Tel. (41) 3156 - 4731
www.editoraappris.com.br

Printed in Brazil
Impresso no Brasil

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

ASPECTOS HISTÓRICOS DO PROCESSO CIVIL	21
1.1 Sociedade e direito	21
1.2 Conflito de interesses	29
1.3 Sistemas de solução de conflitos.....	31
1.3.1 Autodefesa	32
1.3.2 Autocomposição	32
1.3.3 Heterocomposição	34
1.4 Mediação e arbitragem	34
1.5 Resolução de litígios na perspectiva atual	43
1.6 Breve histórico do direito processual.....	45
1.7 A legislação processual civil brasileira.....	48

CAPÍTULO 2

TEORIA GERAL DO PROCESSO	51
2.1 Direito material e direito processual	51
2.1.1 Conceito de Teoria Geral do Processo.....	52
2.1.2 Objeto, função e métodos da Teoria Geral do Processo	53
2.2 Fontes do direito processual.....	54
2.3 Interpretação da lei processual	56
2.4 A eficácia da lei processual no tempo e no espaço	60
2.4.1 A lei processual no tempo	60
2.4.2 A lei processual no espaço.....	62
2.4.3 Regras de aplicação da lei processual.....	62

CAPÍTULO 3

INSTITUTOS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL	65
3.1 Jurisdição.....	65
3.1.1 Princípios da jurisdição	70
3.1.2 Espécies de jurisdição	70
3.2 Competência	71
3.2.1 Critérios de fixação da competência.....	71
3.2.2 Espécies de competência	72

3.2.3	Modificações da competência no processo civil	73
3.2.4	Causas de modificação da competência	73
3.2.5	Incompetência	73
3.2.6	Conflito de competência no processo civil	74
3.3	O poder judiciário	75
3.3.1	A independência do Poder Judiciário	75
3.3.2	Limitações à independência do Poder Judiciário	76
3.3.3	A participação do povo no Poder Judiciário	76
3.3.4	Princípios de organização do Poder Judiciário	76
3.3.5	Órgãos do Poder Judiciário	77
3.3.6	Agentes auxiliares do juízo	78
3.3.7	Magistratura	78
3.4	Ação	81
3.4.1	Teoria civilista	82
3.4.2	Teoria concretista	83
3.4.3	Teoria abstrata da ação	83
3.4.4	Teoria eclética	84
3.5	Conceito de ação	85
3.5.1	A constitucionalização da ação	87
3.5.2	Elementos da ação	88
3.5.2.1	As partes	88
3.5.2.2	O pedido	89
3.5.2.3	A causa de pedir	89
3.6	Pressupostos da ação	90
3.6.1	Legitimidade	90
3.6.2	Interesse	91
3.7	Classificação das ações	92
3.7.1	Ações de conhecimento	93
3.7.2	Ações de execução	93
3.7.3	Ações cautelares	93
3.8	Processo	94
3.8.1	Teorias sobre a natureza jurídica do processo	94
3.8.1.1	O processo como contrato	95
3.8.1.2	O processo como quase-contrato	95
3.8.1.3	O processo como relação jurídica	95
3.8.1.4	O processo como instituição	95
3.8.1.5	O processo como procedimento	96
3.8.1.6	O processo como situação jurídica	96

3.9 Conceito de processo.....	96
3.10 Relação jurídica processual.....	97
3.11 Pressupostos processuais.....	98

CAPÍTULO 4

PROCESSO E PROCEDIMENTO	99
4.1 Procedimento	99
4.2 Sujeitos do processo.....	100
4.2.1 O Estado-juiz	101
4.2.2 As partes	102
4.2.3 Litisconsórcio.....	102
4.2.4 Intervenção de terceiros.....	106
4.2.4.1 Assistência	106
4.2.4.2 Denúnciação da lide.....	107
4.2.4.3 Chamamento ao processo	109
4.2.4.4 A intervenção especial da União.....	110
4.2.4.5 Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	111
4.2.4.6 <i>Amicus curiae</i>	112
4.3 O advogado no processo	115
4.4 O Ministério Público no processo.....	119
4.5 Atos processuais.....	121
4.5.1 A citação e a intimação	124
4.5.2 Prazos processuais	126
4.5.3 Nulidades processuais.....	127
4.6 A Petição inicial	128
4.6.1 Requisitos da petição inicial.....	129
4.6.2 Indeferimento da petição inicial.....	135
4.6.3 Improcedência liminar do pedido	136
4.7 A defesa do réu	137
4.7.1 Defesa processual	139
4.7.2 Defesa de mérito	139
4.8 REconvenção.....	140
4.9 Contestação	141
4.9.1 Preliminares da defesa	144
4.9.1.1 Inexistência ou nulidade de citação.....	145
4.9.1.2 Incompetência absoluta e relativa	146
4.9.1.3 Incorreção do valor da causa.....	146
4.9.1.4 Inépcia da petição inicial	146

4.9.1.5 Perempção	146
4.9.1.6 Litispendência	147
4.9.1.7 Coisa julgada	147
4.9.1.8 Conexão	147
4.9.1.9 Incapacidade de parte, defeito de representação ou falta de autorização	148
4.9.1.10 Convenção de arbitragem	148
4.9.1.11 Ausência de legitimidade ou de interesse processual	148
4.9.1.12 Falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar	148
4.9.1.13 Indevida concessão de benefício de gratuidade de justiça	149
4.10 Defesas admissíveis após a contestação	149
4.10.1 Direito superveniente	149
4.10.2 Quando cabe ao juiz conhecer de ofício	149
4.10.3 Questões que por expressa autorização legal puderem ser formuladas em qualquer tempo	150
4.11 Revelia	150
4.11.1 Teorias sobre a revelia	152

CAPÍTULO 5

INSTRUÇÃO DO PROCESSO	155
5.1 Teoria geral da prova	155
5.1.1 Depoimento pessoal	159
5.1.2 Confissão	160
5.1.3 Exibição de documento ou coisa	161
5.1.4 Prova documental	162
5.1.5 Prova testemunhal	167
5.1.6 Prova pericial	169
5.1.7 Inspeção judicial	170
5.1.8 Ata notarial	171
5.2 Prova emprestada	172
5.3 Da produção antecipada de provas	172
5.4 Ônus da prova	174
5.5 Audiência de instrução e julgamento	176

CAPÍTULO 6

PRINCÍPIOS DO PROCESSO CIVIL	181
6.1 Princípios gerais de Direito	181
6.1.1 Princípios, normas e regras	184

6.2	Processo e constituição	190
6.3	Princípios constitucionais fundamentais	191
6.4	Princípios constitucionais do processo	193
6.4.1	Princípio do devido processo legal	195
6.4.2	Princípio do contraditório e da ampla defesa	197
6.4.3	Princípio da isonomia	199
6.4.4	Princípio da recorribilidade	201
6.4.5	Princípio do juiz natural	202
6.4.6	Princípio da inafastabilidade da prestação jurisdicional	204
6.4.7	Princípio da motivação das decisões judiciais	205
6.4.8	Princípio da publicidade dos atos processuais	206
6.4.9	Princípio da proibição da prova ilícita	209
6.5	Princípio da cooperação	210
6.6	Princípios infraconstitucionais	211
6.6.1	Princípio da boa-fé e da lealdade processual	211
6.6.2	Princípio da verdade real e da verdade formal	212
6.6.3	Princípio da imparcialidade do juiz	213
6.6.4	Princípio inquisitivo	213
6.6.5	Princípio dispositivo	214
6.6.6	Princípio da oralidade	214
6.6.7	Princípio da economia processual	215
6.6.8	Princípio da eventualidade ou da preclusão	215

CAPÍTULO 7

A EFETIVIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	219
7.1 O princípio do acesso à justiça	219
7.1.1 O juiz e o acesso à justiça	224
7.1.2 O advogado e o acesso à justiça	227
7.1.3 A morosidade da justiça	230
7.1.4 Morosidade: algumas propostas para a solução	232
7.2 A efetividade da prestação jurisdicional	236
7.2.1 A busca pela efetividade do processo no Brasil	238
7.2.2 Juizados Especiais	239
7.2.3 As reformas das leis no processo civil	242
7.3 A Reforma do poder judiciário	245
7.3.1 Princípio da razoável duração dos processos	245
7.3.2 Proporcionalidade de juízes em relação à população e à demanda judicial	247

7.3.3 Repercussão geral da questão constitucional	248
7.3.4 Súmula vinculante.....	249
7.3.5 Controle externo do Poder Judiciário	253
7.4 Leis processuais promulgadas após a reforma	254
7.5 O processo eletrônico	256
7.6 A desjudicialização e a reforma.....	260
7.7 A justiça em tempos de pandemia	265
CONSIDERAÇÕES FINAIS	269
REFERÊNCIAS	275